

EM BUSCA DE UM MODELO DE ACESSIBILIDADE AUDIOVISUAL PARA CEGOS NO BRASIL: UM PROJETO PILOTO

*Eliana Paes Cardoso Franco**

RESUMO: Apesar da Lei no. 10.098/2000 ter assegurado aos portadores de deficiência auditiva e visual o livre acesso aos meios de comunicação, foi apenas em 2004 que o Decreto no. 5.296 determinou a implantação de três sistemas que garantem o amplo acesso desses cidadãos ao audiovisual. Contudo, só em março de 2006, após mais duas modificações, este decreto começou a ser amplamente discutido. A questão da acessibilidade audiovisual não é simples para um país em desenvolvimento, porque implica alto investimento em tecnologia e em recursos humanos. Em se tratando deste último, vale perguntar como a formação de profissionais em acessibilidade audiovisual se dará. Este artigo revela o esforço pioneiro de um grupo de pesquisa em tradução audiovisual da Universidade Federal da Bahia para introduzir a questão da acessibilidade na universidade, especialmente no que se refere aos cegos e deficientes visuais. O artigo relata os resultados da primeira fase de um projeto piloto (etapa Salvador), o qual busca elaborar um modelo de audiodescrição que vá de encontro às necessidades e preferências do público deficiente visual brasileiro.

UNITERMOS: tradução audiovisual; audiodescrição; acessibilidade; cegos; deficientes visuais.

ABSTRACT: Despite the fact that the Law Project no. 10.098/2000 ensured to the hard of hearing and visually impaired

* Universidade Federal da Bahia.

the free access to all means of communication, it was only in 2004 that the Decree no. 5.296 determined the implementation of three systems that guaranteed the ample access of these citizens to the audiovisual medium. However, it was only in March of 2006, after two modifications, that this decree started to be amply discussed. The issue of accessibility is not a simple one for a developing country, because it implies large investments in technology and human resources. As regards the latter, it is worth asking how the training of professionals in audiovisual accessibility will happen. This article reveals the pioneering effort of a research group in audiovisual translation of the Federal University of Bahia to introduce the issue of accessibility in the academy, especially as far as the blind and visually impaired are concerned. The article reports on the results of the first phase of a pilot project (phase Salvador), which aims at elaborating an audiodescription model that can meet the needs and preferences of the Brazilian visually impaired audience.

KEYWORDS: *audiovisual translation; audiodescription; accessibility; blind; visually impaired.*

1. Introdução

Atualmente, a população brasileira atinge por volta de 180 milhões de pessoas. No ano 2000, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contou 2.4 milhões de pessoas com deficiência audiovisual, dentre elas, 148 mil cegos, divididos entre 77.900 mulheres e 70.100 homens. A maioria dessas pessoas cegas concentrava-se nas regiões nordeste (57.400) e sudeste (54.600). Nos seus principais estados, Bahia e São Paulo, também se concentravam o maior número de pessoas cegas, 15.400 e 23.900, respectivamente.

No ano de 2004, a Organização Mundial de Saúde¹ estimou que havia cinco milhões de pessoas cegas no país, um au-

¹ Publicado pela *Revista O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2004.

mento incrível se comparado ao ano 2000. Em março do mesmo ano, o canal de televisão *TV Câmara* informou que já havia 25 milhões de pessoas cegas ou deficientes visuais no país. Mesmo assim, a indústria audiovisual ignorou o problema, e perdeu a oportunidade de aumentar seus índices de audiência. Nem o polêmico projeto da Ancinav (Agência Nacional do Cinema e Audiovisual), que prega a acessibilidade, conseguiu perceber a importância da inclusão de deficientes auditivos e visuais como forte argumento a seu próprio favor².

No país da telenovela, o que provou ser mais eficiente em termos de conscientização pública para a questão dos cegos foi a global *América*, que invadiu a *prime time* dos lares brasileiros em 2005. A novela suscitou o *boom* dos cegos, que proliferaram nos programas de televisão como E.Ts. que chegaram à Terra pela primeira vez. Pieguices à parte, a novela sem dúvida cumpriu seu papel social, chamando a atenção para uma causa que já mobiliza a sociedade européia e a norte-americana por algum tempo.

É fato que, há quase seis anos, criou-se a Lei no. 10.098/2000, que assegura aos portadores de deficiência auditiva e visual o livre acesso aos meios de comunicação. Mas foi somente em 2004, com o Decreto no. 5.296, que a implantação de três sistemas que garantem o amplo acesso desses cidadãos ao audiovisual foi determinada. Coincidência ou não, apenas depois do alvoroço causado pela novela que esse decreto, e sua Norma Complementar, começaram a ser discutidos, em março de 2006. O projeto “Acessibilidade em comunicação na televisão” (NBR 15290), lançado pela ABNT em outubro de 2005 e válido a partir de novembro do mesmo ano³, foi um dos documentos que discutiu a referida norma em consulta pública na Esplanada dos Ministérios (26/03/2006). De acordo com o projeto, a norma da acessibilidade visa, principalmente a:

- a) viabilizar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, limitação de percepção ou

² Veja mais sobre o tema em Franco, 2006.

³ Esse projeto encontra-se disponível *on-line* no sítio da ABNT.

- cognição, o acesso à programação televisiva;
- b) dar acesso à informação e ao entretenimento proporcionados pela TV a pessoas com deficiência auditiva, visual ou cognitiva;
 - c) facilitar a surdos, estrangeiros residentes no país e pessoas semi-analfabetas a aquisição da língua portuguesa escrita;
 - d) possibilitar o exercício da cidadania aos usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
 - e) permitir a pessoas que cegas ou com baixa visão o acesso às mensagens transmitidas de forma essencialmente visual;
 - f) permitir a pessoas que não possam ler as legendas abertas (de tradução) o acesso à programação transmitida em língua estrangeira;
 - g) possibilitar o acesso à informação em áreas de uso público ou coletivo com alto nível de ruído (bares, aeroportos, saguão de hotéis etc.);
 - h) desenvolver a comunicação, assegurando os direitos do cidadão estabelecidos pela Constituição Federal. (ABNT NBR 15290: 2005: p. 1)

No item 6 do projeto – “Diretrizes para o áudio com a descrição de imagens e sons” (p. 8) – encontramos uma narrativa tímida sobre os princípios da audiodescrição, que viabilizará a acessibilidade dos cidadãos cegos e deficientes visuais ao meio televisivo. Em outros documentos elaborados em resposta ao Decreto no. 5.296/2004⁴ – que determina a implantação de três sistemas que garantem o acesso ao audiovisual por portadores de deficiência auditiva e visual – e discutidos na referida consulta pública, observamos dois pontos mencionados por todos eles:

⁴ Outros documentos consultados foram de autoria da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), da Associação Brasileira dos Radiodifusores (ABRA), da Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda, e da Empresa Brasileira de Comunicação S/A (RADIOBRÁS). Esses documentos estão disponíveis on-line no site: www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/resultado_consulta_publica.asp.

a atualização tecnológica e a formação de recursos humanos. Todos os documentos concordam que a televisão digital tornará o sonho da acessibilidade mais possível. Porém, em nenhum documento encontramos resposta efetiva sobre quem realizará e como a audiodescrição será realizada.

Sabemos que cursos em tradução audiovisual são ministrados geralmente como oficinas curtas de especialização, ou como módulos de cursos de tradução geral, focalizando principalmente a dublagem e a legendagem, os dois modos de tradução audiovisual mais populares no Brasil. E, se a legenda fechada, disponibilizada numa limitada programação da televisão aberta brasileira, ainda permanece um modo a ser estudado e aprimorado⁵, a audiodescrição fica no âmbito do sonho ainda por se concretizar. E é nesse sonho que um grupo de pesquisa, formado por professores e alunos da Graduação e da Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia e dois especialistas da Universidade Estadual de Feira de Santana⁶, quer investir. Ou seja, na possibilidade de tornar o meio audiovisual acessível ao cego e deficiente visual.

Esse artigo relata os primeiros resultados deste grupo de pesquisa⁷, que se referem a um estudo de recepção da audiodescrição de um curta-metragem por cegos e deficientes visuais da cidade de Salvador, no estado da Bahia. A idéia do trabalho é aplicar o mesmo estudo em várias capitais brasileiras, a fim de que um modelo de audiodescrição possa ser elaborado de acordo com as preferências e necessidades de seu público-alvo, o cidadão cego/deficiente visual brasileiro.

⁵ Para mais informações sobre a legenda fechada no Brasil, veja Franco & Santiago Araújo, 2003.

⁶ Vale acrescentar que essa foi a formação inicial do grupo, o qual hoje é formado pelas pesquisadoras Eliana P. C. Franco (UFBa); Sandra Regina de Farias (UEFS); Íris Fortunato (UFBa) e Manoela da Silva (UFBa).

⁷ Parte desta pesquisa foi apresentada na conferência internacional *Media for All*, promovida pela Universidade Autônoma de Barcelona, em junho de 2005, e os resultados finais da etapa Salvador foram apresentados na conferência *MUTRA – Audiovisual Translation Scenarios*, realizada pela Universidade de Copenhague, em maio de 2006.

2. O cego / deficiente visual na cidade de Salvador

Existem instituições e associações de cegos por todo o país. No Rio de Janeiro, uma das mais importantes é o Instituto Benjamin Constant. Nos estados de São Paulo e Bahia, encontramos cinco instituições principais para os cegos e deficientes visuais: Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual – Laramara e Fundação Dorina Nowill, ambas em São Paulo, e Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP), Associação Baiana de Cegos (ABC) e Instituto de Cegos da Bahia (ICB), no estado da Bahia.

Para a etapa Salvador, as três instituições mencionadas foram visitadas em maio de 2005, e entrevistas foram conduzidas com pessoas selecionadas pelas instituições, e que ocupam uma posição importante ou de destaque, tais como o diretor do CAP, um dos mais antigos membros cegos e assistente do presidente da ABC, e a assistente social do ICB.⁸ Os cegos e deficientes visuais que chegam a essas instituições são, geralmente, enviados por médicos que sabem que os cidadãos encontrarão apoio profissional nas instituições. O CAP é subsidiado pelo estado, o ICB é uma instituição privada que também recebe apoio financeiro do estado, e ambas recebem doações de diferentes setores da sociedade. Por causa do apoio estatal, as duas instituições seguem o estatuto do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e profissionais que trabalham lá são geralmente empregados do estado especializados no ensino de pessoas com deficiência de todos os tipos. Já a ABC não recebe subsídio do estado; contudo, todos os cursos oferecidos a seus membros são financiados pela Secretaria do Trabalho em Salvador, e todo o material usado é geralmente doado pela prefeitura. Além disso, alguns membros treinados em *telemarketing* frequentemente acabam trabalhando para a instituição, tentando conseguir doações, dos diferentes setores da sociedade.

Devido ao apoio estatal, CAP e ICB oferecem um número limitado de vagas todo ano, e os cidadãos têm que esperar para

⁸ A partir de agora, serão usados os acrônimos CAP, ABC e ICB para as três instituições envolvidas.

se tornarem membros apesar da aclamada política das instituições de aceitar todas as pessoas. A ABC, por sua vez, é o sindicato dos cegos em Salvador, uma instituição filantrópica, a qual qualquer pessoa pode se filiar, a qualquer hora, o que explica seu maior número de membros. De acordo com as entrevistas, foi descoberto, em primeiro lugar, que apenas 896 pessoas eram assistidas pelas instituições, sendo que o CAP assistia a 219 delas, entre cegas congênitas ou que adquiriram a cegueira; a ABC assistia a 464 pessoas, com 327 cegos congênitos ou com cegueira adquirida, e o ICB assistia a 350 pessoas, entre 70% de cegos e 30% de deficientes visuais. Se considerarmos que a cidade de Salvador é a terceira do país, com uma população por volta de 3.5 milhões, podemos supor que o número de cegos/ deficientes visuais é bem maior do que o registrado, o que nos leva a concluir que o número de pessoas assistidas pelas instituições parece bem baixo.

Em se tratando do perfil desses cidadãos cegos e deficientes visuais, foi descoberto que o CAP atende a meninos e meninas a partir dos seis anos de idade, e adultos com nível educacional baixo, que estão desempregados e, portanto, dependentes de benefício governamental. Já a ABC atende a apenas adultos, homens e mulheres, com nível educacional médio, mas que estão em sua maioria desempregados. O ICB, por sua vez, atende geralmente a pessoas do sexo masculino, do zero aos dezoito anos, com níveis educacionais variados, e que estudam, principalmente.

Apesar de que a idade pode variar de uma instituição para outra, e de que o nível educacional está estritamente relacionado à idade, um fato comum a todas as instituições é que homens e mulheres raramente exercem uma atividade profissional. No ICB, isso é esperado devido à idade e nível educacional de seus membros. No CAP e na ABC, muitos adultos, inclusive jovens adultos, se dizem “aposentados”, no sentido de que eles fazem uso do seu direito de receber o benefício governamental destinado a deficientes. Mesmo assim, dentre as instituições visitadas, a ABC pareceu ser a única a desenvolver habilidades profissionais dos cegos e deficientes visuais através do ensino de técnicas de massagem, culinária, *telemarketing*, artesanato, cursos

de linguas, e outros. Em se tratando do CAP e do ICB, seu enfoque é a alfabetização, ou o ensino da leitura em *Braille*, da escrita, e da técnica chamada “sorobã”, usada para cálculos matemáticos. Por outro lado, todas as instituições oferecem assistência pedagógica, psicológica e médica, além de uma série de atividades culturais e recreacionais.

As atividades culturais e recreacionais no CAP compõem-se de uma audioteca, onde os cegos “ouvem” livros, de aulas de canto, dança e de artes marciais. A instituição também promove competições de xadrez e sessões de filmes de TV. Como já mencionado, a ABC oferece variados cursos que objetivam inserir seus membros no mercado de trabalho. Atividades de entretenimento incluem competições de dominó e futebol, além de sessões de filmes. No ICB são oferecidas oficinas de música, atividades esportivas, e visitas esporádicas a parques, ao cinema e ao teatro. Além disso, as duas últimas instituições dispõem de uma biblioteca Braille.

Como observado, cegos e deficientes visuais do CAP e da ABC estão acostumados a assistir a filmes de TV. No ICB, contudo, eles raramente o fazem, e visitas ao cinema e ao teatro são esporádicas por causa do custo envolvido em tais atividades, como afirmou a entrevistada. Sessões de filmes com audiodescrição nunca foram vivenciadas pelos membros dessas instituições, embora o CAP costumasse promover sessões de filmes nacionais narradas ao vivo por um voluntário da instituição⁹. ABC e ICB, por sua vez, nunca exibiram sessões de filmes com o apoio da narração de imagens ao vivo. No entanto, a ABC mostrou um enorme interesse em promover tais sessões, enquanto que a assistente social do ICB mostrou-se sem o menor interesse em promover tais sessões, fossem elas com narração ao vivo ou com audiodescrição. O mais interessante, porém, foi a justificativa apresentada pela entrevistada, que alegou que a audiodescrição não é necessária porque há o áudio original e os cegos não têm problema para entendê-lo.

⁹ Tal voluntário que trabalha para o CAP é um dos membros do grupo de pesquisa que conduz o atual projeto piloto, Sandra Regina de Farias.

As palavras da entrevistada refletem claramente uma posição que prevalece em todo o país, que é a do total desconhecimento sobre a atividade da audiodescrição, e de seu benefício para cegos e deficientes visuais ao assistirem televisão ou irem ao cinema. O estudo descrito abaixo revela o quão equivocada essa postura é, e como a audiodescrição pode otimizar o entendimento de um filme, por exemplo.

3. Etapas do teste de recepção

3.1. A seleção dos participantes

Após a entrevista descrita acima, onde o perfil dos membros das instituições de cegos foi delineado, foi o momento de entrar em contato com os próprios membros das associações a fim de explicar os objetivos da pesquisa e despertar o interesse de participação nos mesmos. Ao todo, conseguimos 13 voluntários, que acabaram se tornando dez no dia do experimento por motivos alheios à pesquisa¹⁰. Esses dez voluntários se dividiam em seis homens e quatro mulheres¹¹, sendo que apenas um era cego congênito, três tinham baixa visão, e seis haviam adquirido a cegueira há mais de vinte anos. Suas idades variavam de 20 a mais de 55 anos. Apenas um deles tinha o terceiro grau completo, enquanto que os outros geralmente tinham o ensino médio incompleto. Apenas dois deles trabalhavam. Exceto por um par-

¹⁰ Numa pesquisa com deficientes de qualquer ordem, alguns imprevistos são sempre comuns. Uma chuva torrencial no dia e horário do experimento dificultou a mobilidade dos cegos, que ou não puderam chegar à instituição a tempo, ou chegaram atrasados, ficando a divisão de grupos desigual.

¹¹ O grupo é imensamente grato à Associação Baiana de Cegos, por sua disponibilidade em colaborar com a pesquisa, bem com aos cidadãos que se disponibilizaram a participar do teste de recepção da audiodescrição: Rosalina de Oliveira, Indiara de Carvalho Moreira, Climério do Carmo Pena, Jamilton Moreira dos Santos, José Márcio Soares Nunes, Gerusa Maria Ferreira de Souza, Joselita dos Santos, Jorge Luís de Lima, Alfredo Florentino Filho e Fernando Conceição Abade.

ticipante, nove tinham o hábito de assistir televisão, sendo seus programas, em ordem de preferência: noticiários, novelas, futebol, programas de auditório (*Faustão*), *Fantástico*, programas infantis (*Sítio do Pica-pau Amarelo*), e seriados da Rede Globo (ex. *A grande Família*).¹² Dentre os dez voluntários, cinco preferem o rádio à televisão, e quatro deles jamais tiveram alguém que lhes descrevesse a informação visual de um filme ou programa.

3.2. A seleção do filme

Para uma pesquisa de apreciação da audiodescrição, a melhor opção foi selecionar um filme de curta-metragem, por apresentar uma história fechada, com começo, meio e fim. O filme *Pênalti*, de Adler Kibe Paz, uma produção soteropolitana, continha vários ingredientes favoráveis à pesquisa: duração de apenas 8 minutos, filmado em Salvador, falado no mais puro “baianês”, tema sobre futebol, uma pitada de sexo, e o mais importante: imagens extremamente significativas para a compreensão do enredo.

Pênalti conta a história de Jorge, que só pensa em como participar do baba (pelada, no “paulistanês”) de domingo, e se livrar do plano de sua esposa Isabel, que espera passar um dia com o marido numa excursão para a praia de Arembepe. Jorge então deixa o chuveiro ligado, para dar a impressão que estava tomando banho, e foge para o campo. Isabel bate na porta do banheiro, sem a resposta de Jorge. Na cena do jogo, nenhum comentário é oferecido ao espectador, apenas um minuto de música até que Jorge sofre uma falta e marca o pênalti, que é

¹² Vale notar que, de modo geral, a televisão paga jamais seria uma boa alternativa para os cegos, uma vez que muitos de seus canais exibem a versão original em língua estrangeira com legendas em português. Isso significa que, antes mesmo da audiodescrição, as legendas teriam que ser transformadas em texto audível, seja pela dublagem ou pelo *voice-over*. Portanto, a gama de programas audiovisuais é extremamente restrita para os cegos e deficientes visuais.

defendido pelo goleiro. Irritado, ele sai aos brados para a casa de seu amigo Antônio, para quem quer devolver a camisa do time emprestada. Ao chegar à casa do amigo, entra devagar e escuta alguns sussurros que vêm do quarto. Quando abre a porta do mesmo, dá de cara com Isabel sentada de costas, na cama com Antônio. Ela se vira, percebe o flagra de Jorge, que sai correndo desesperado pela rua. Até aqui, as cenas são regularmente cortadas por uma imagem de Jorge no alto de um barranco chorando, com seu corpo num tom de azul. Na cena final, Jorge e um homem mais velho se encontram no alto do mesmo barranco, seus corpos também em azul. O homem tenta consolar Jorge, e o convida para jogar em seu time, cujos jogadores são Garrincha, Dener, e mais outros nomes de jogadores que já faleceram. Percebe-se aí que a cor azul indica que agora Jorge é um espírito, que ele se jogou do barranco por desespero. Na cena final, Jorge e o homem vão caminhando enquanto Isabel chega correndo, no mesmo alto do barranco, onde encontra a camisa de Antônio deixada por Jorge jogada no chão. Isabel chora.

3.3. O processo da audiodescrição

O processo da audiodescrição foi baseado no conhecimento adquirido em duas oficinas na Europa com dois dos maiores nomes na área, o alemão Bernd Benecke e o inglês James O'Hara. Tendo a palavra "simplicidade" como guia, escrevemos primeiramente um rascunho do roteiro visual, tentando aplicar as três regras básicas da audiodescrição: não resumir, não interpretar e não antecipar as imagens. Após a primeira tentativa, revisamos o roteiro da audiodescrição em função do espaço de tempo entre diálogos, onde o texto seria gravado.

O processo de gravação representava o maior obstáculo, primeiramente porque tínhamos de pagar um estúdio, e segundo porque não tínhamos a menor experiência na leitura dramática da audiodescrição, dentro do *timing* imposto pelo filme. Vista desta forma, a audiodescrição parece um pouco com o processo da dublagem, mas com uma função diferente. Ou seja, enquanto a primeira é informativa e gravada nos momentos de silêncio dos personagens, a outra é mimética e gravada nos momentos

de diálogo dos personagens. Como o filme era um curta, a melhor forma foi gravar o roteiro visual inteiro, com pausas propositalmente, e depois editar e mixar o áudio gravado dentro dos espaços disponíveis no áudio original do filme. Tudo foi feito em uma manhã, o que é bastante para um filme de apenas oito minutos. No caso de um longa-metragem, esse processo não poderia ser aplicado, mas algo semelhante à dublagem, com o auxílio de um *time code*.

Finalmente, fizemos várias cópias em DVD e arquivo jpeg1.

3.4. O questionário

O passo seguinte foi a elaboração de um questionário de compreensão do filme, o qual seria aplicado a dois grupos de espectadores deficientes visuais: um que assistiria ao filme sem audiodescrição, e outro que assistiria com audiodescrição. O questionário continha as seguintes perguntas:

1. Quem é o personagem principal? Qual seu nome?
2. Quem é Isabel? Qual sua relação com Jorge?
3. Quais são seus planos para o domingo?
4. Jorge faz o que Isabel quer?
5. O que ele faz para se livrar de Isabel? Como ele sai de casa?
6. O que acontece com Jorge durante o jogo?
7. Qual time ganha o jogo? Por quê?
8. Por que Jorge vai à casa de Antônio depois do jogo?
9. O que acontece na casa de Antonio?
10. Quem é o homem que conversa com Jorge no final do filme?
11. Por que ouvimos aquele tipo de música na cena final? (para o público da versão sem audiodescrição)
12. Por que seus corpos estão em azul? (para o público da versão com audiodescrição)
13. Por que Isabel chora quando ela encontra a camisa de Jorge? (para público da versão com audiodescrição)
14. O que acontece com Jorge no final do filme?

Obviamente que, para o público que assistiu ao filme apenas em sua versão original, não podíamos fazer qualquer pergunta referente às imagens.

4. Resultados do teste de compreensão sem e com a audiodescrição

O primeiro grupo, aquele que assistiu apenas à versão original sem audiodescrição, a porcentagem de respostas certas foi de 40%. Um fato interessante foi ouvir as interpretações ou “adivinhações” que os participantes fizeram sobre o filme. Por exemplo, muitos imaginaram que Jorge estava saindo de uma estação de trem; ou na cena de sexo, em que os sussurros e gemidos de Isabel foram interpretados por alguns como dor e agonia.

No grupo que assistiu ao filme com audiodescrição, o nível de acertos foi de 95%, com exceção de pequenos detalhes que não ficaram muito claros, como por exemplo, para onde Jorge vai após o jogo de futebol, se vai para a casa dele ou para a casa de Antonio, onde flagra Isabel na cama com o amigo. Nada realmente significativo para o entendimento do filme.

Um dos comentários sobre a versão audiodescrita feito por um dos participantes foi: “Eu estou acostumado a ouvir filmes sem audiodescrição. A audiodescrição é muito importante porque evita que fiquemos imaginando muito, que nos sintamos ansiosos sobre o que está acontecendo (...) Assim, a audiodescrição nos estimula, nos faz sentir vontade de assistir mais filmes”.

5. Conclusões preliminares

Nesta breve investigação, pudemos identificar três perfis distintos, que dão uma idéia geral sobre a situação dos cidadãos cegos e deficientes visuais em relação ao acesso ao meio audiovisual na capital mais importante do nordeste do Brasil, e aquela com o maior número de cegos e deficientes visuais da região.

Apesar de óbvia, a conclusão de que a audiodescrição possibilita a compreensão total do enredo de um filme ou programa

tem de ser reforçada de forma cumulativa. Como vimos neste artigo, não só os leigos no assunto estão munidos de argumentos e suposições errôneas sobre um direito inquestionável do cidadão portador de deficiência visual, mas também as pessoas que atuam junto a esses cidadãos.

Outra conclusão óbvia, mas importante de ser reforçada, é o fato de que nenhum acesso real e efetivo é dado a esses cidadãos à televisão aberta e/ou paga no Brasil, muito menos ao cinema. Num país em desenvolvimento como o nosso, a questão da acessibilidade parece ainda não ter importância, mesmo que apoiada por leis que obriguem a sua implantação. Os direitos sociais são ofuscados por demandas econômicas e políticas, e a audiodescrição permanece como uma atividade ainda por ser descoberta no país, bem como o mercado promissor que a espera.

Contudo, iniciativas isoladas, como a do grupo de pesquisa em questão, começam a surtir algum efeito. A pesquisa em audiodescrição já teve seu espaço garantido na Televisão Educativa da Bahia em julho de 2006. O contato com instituições do Rio e São Paulo, onde o teste de recepção será aplicado em breve, tem servido também para conscientizar os próprios cegos e deficientes visuais de que há recursos disponíveis para que seu acesso ao meio audiovisual seja efetivado.

Talvez o mais importante fator desta simples pesquisa tenha sido contradizer um dos dois principais argumentos das associações de radiodifusão que participaram da consulta pública sobre acessibilidade audiovisual, e que se mostraram contrárias à implantação da audiodescrição. O argumento de que não dispomos de recursos tecnológicos para implantar a audiodescrição na televisão brasileira. Com ele, o argumento de que rios de dinheiro terão de ser gastos com a televisão analógica também não confere. A tecla SAP, já disponível na televisão brasileira, e estúdios de dublagem seriam suficientes para ativar a audiodescrição no Brasil e garantir o acesso de milhões de cidadãos brasileiros ao meio audiovisual. Basta um pouco de vontade e imaginação.

Referências bibliográficas

- ABNT. (2005) Acessibilidade em comunicação na televisão, NBR 15290, 10 páginas. Disponível no site www.abnt.org.br.
- FRANCO, E.P.C. & SANTIAGO ARAÚJO, V.L. (2003) Reading Television: Checking Deaf People's Reactions to Closed Subtitling in Fortaleza, Brazil, in GAMBIER, Yves (ed.) *Screen Translation* (Special issue of *The Translator*), vol.9, no.2, Manchester: St. Jerome, p. 249-267.
- FRANCO, E. P. C. (2006) Legenda e áudio-descrição na televisão garantem acessibilidade a deficientes, *Revista Ciência e Cultura*, jan./mar, vol.58, no.1, São Paulo: Unicamp, p. 12-13.
- NEVES, Josélia. (2005) Audiovisual Translation: Subtitling for the Deaf and Hard-of-Hearing. Tese de doutoramento não-publicada, Roehampton University, University of Surrey.
- 15/08/2004, Visão, em *Revista O Globo*, p. 11.

